



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA A! BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

ENTRE

A! BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
COMO EMISSORA

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

E

INDIANÓPOLIS FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.
RECREIO FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.
RM FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.
SANTANA FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.
COMO INTERVENIENTES GARANTIDORAS

DATADO DE 15 DE MAIO DE 2013



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA A! BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A! BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Guilhermina Guinle, 272, 2º andar, Botafogo, CEP 22270-060, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.737.623/0001-90, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

e, como intervenientes garantidoras,

INDIANÓPOLIS FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Generosa, 80, Vila Mariana, CEP 04042-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.075.474/0001-81, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Indianópolis");

RECREIO FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Salvador Allende, 6700, lojas 125/126/127/128/129/130/131 e 108SS/109SS e 110SS, Recreio dos Bandeirantes, CEP 22780-160, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.148.694/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Recreio");



RM FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Inocenti, 870 – A, Vila Olímpia, CEP 04538-002, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.292.931/0001-36, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("RM");

SANTANA FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tupiguaés, 169, Santana, CEP 02022-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.152.945/0001-08, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Santana", que em conjunto com a Emissora, por suas filiais, a Indianópolis, a Recreio e a RM, as "Intervenientes Garantidoras").

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da A! Bodytech Participações S.A. ("Escritura"), nos termos e condições abaixo:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures (definidas na Cláusula 3.5.1 abaixo) ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de março de 2013 ("AGE") e da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 30 de abril de 2013 ("RCA"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

1.2. A garantia real adicional de cessão fiduciária dos Recebíveis de Cartão (conforme definidos na Cláusula 4.1.8.1 abaixo) e de cessão fiduciária da conta vinculada, conforme disposto na Cláusula 4.1.8.1 abaixo, foi outorgada (i) pela Emissora com base nas deliberações tomadas na AGE e na RCA (acima definidas) e (ii) pelas Intervenientes Garantidoras com base nas deliberações tomadas nas Reuniões de Sócios das Intervenientes Garantidoras realizadas em 29 de abril de 2013 ("Aprovações das Intervenientes Garantidoras").

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:



2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. As atas da AGE e da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal Monitor Mercantil, nos termos dos artigos 62, inciso I, 142, §1º e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2. As atas das Aprovações das Intervenientes Garantidoras de que trata a Cláusula 1.2 acima serão (i) arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para o caso da Indianópolis, RM e Santana e (ii) arquivadas na JUCERJA e publicadas no DOERJ, para o caso da Recreio.

2.1.2. Arquivamento da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio de comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 a 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários ("Cetip21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Alternativamente, as Debêntures poderão ser mantidas em registro no Escriturador Mandatário.



2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.5.1. A presente Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBIMA").

2.1.6. Registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão

2.1.6.1. O Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão (abaixo definido) deverá ser registrado no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos da(s) Cidade(s) de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo uma via devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário, nos prazos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a exploração de atividades esportivas em geral, inclusive academias de ginástica, atletismo, musculação, natação e outras atividades e serviços afins, tais como sauna, salões de beleza, salões de massagem, salões de estética, cabeleireiros, bares e restaurantes; (b) a prestação de serviços de gestão e administração de academias de ginástica e centros esportivos; (c) o licenciamento de marcas e patentes, inclusive de quaisquer espécies de material e vestuário esportivos; (d) a realização de eventos esportivos; (e) a realização de importações de bens e serviços relacionados às atividades da Companhia; (f) o exercício de outros negócios afins ou correlatos ao seu objeto social; e (g) a participação no capital de outras sociedades de qualquer natureza ou tipo.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.



3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de até R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas até 1.900 (um mil e novecentas) debêntures ("Debêntures").

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/nº, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, será o banco mandatário e o escriturador das Debêntures ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos captados através desta Emissão serão integralmente destinados a, observada a seguinte ordem: (i) pagamento de dívidas da Emissora correspondentes ao saldo de principal no valor de R\$ 86.574.319,42 (oitenta e seis milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, trezentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), acrescido dos juros e demais encargos aplicáveis, conforme descritas no Anexo I a esta Escritura e (ii) investimentos em novas academias de ginástica (incluindo a implementação de projetos *greenfields* e aquisições de academias de ginástica já estabelecidas), investimento em academias de ginástica já detidas pela Emissora e suas controladas.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação das Debêntures

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do Cetip21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de



18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no Parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.3. Conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.8.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob (i) o regime de garantia firme de colocação, com relação a 1.700 (um mil e setecentas) Debêntures, equivalentes a R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais); e (ii) o regime de melhores esforços de colocação, com relação a 200 (duzentas) Debêntures, equivalentes a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). A distribuição será realizada com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder" ou "BTG Pactual"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("HSBC") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o Itaú BBA e o HSBC, "Coordenadores") de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

3.9.1.1. Ao final da distribuição, a Emissora ratificará a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas e alocadas, por meio de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na JUCERJA, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.



3.9.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, pelos Coordenadores, conjuntamente; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.9.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.9.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.9.6. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de maio de 2013



("Data de Emissão").

12
f

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de amortização extraordinária e resgate antecipado da totalidade das Debêntures, em conformidade com a Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada conforme as Cláusulas 4.3 e 4.4.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no Cetip21 ou sistema da CETIP que venha a substituí-lo.

4.1.6. Não Conversibilidade

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. Espécie

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia real adicional, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.8. Garantias Reais

X



13
f

4.1.8.1. Nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme vigente na presente data, com a redação dada pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme vigente na presente data, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme vigente na presente data e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme vigente na presente data ("Código Civil"), as Debêntures contam com garantia real de cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, em montante equivalente ao valor da Reserva de Liquidez (abaixo definida), de titularidade das Intervenientes Garantidoras, contra administradoras e/ou credenciadoras de cartões de crédito, oriundos da aceitação de cartões de crédito com as bandeiras Visa e Mastercard, como meio de pagamento para aquisição de bens e serviços nos estabelecimentos comerciais das Intervenientes Garantidoras ("Recebíveis de Cartão"), assim como os direitos de crédito de titularidade das Intervenientes Garantidoras contra as instituições financeiras em que serão mantidas as contas bancárias em que serão recebidos os valores referentes aos Recebíveis de Cartão, para composição da Reserva de Liquidez, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre as Intervenientes Garantidoras, o Agente Fiduciário e a Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão").

4.1.9. Reserva de Liquidez. Até o pagamento da totalidade das obrigações, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures, a Emissora e as Intervenientes Garantidoras deverão assegurar que o valor dos Recebíveis de Cartão cedidos fiduciariamente: (i) durante os 3 (três) primeiros meses imediatamente posteriores à Data de Emissão, seja equivalente a R\$ 39.387.400,00 (trinta e nove milhões, trezentos e oitenta e sete mil e quatrocentos reais); e (ii) após o período mencionado no item "(i)" acima, seja equivalente a 200% (duzentos por cento) do valor da Remuneração paga imediatamente antes de cada data de apuração acrescida do valor equivalente a 200% (duzentos por cento) do valor da próxima parcela de amortização a ser paga pela Emissora, de acordo com o cronograma previsto na Cláusula 4.6.1 abaixo ("Reserva de Liquidez"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão e do Contrato de Administração de Conta Vinculada celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, as Intervenientes Garantidoras e o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("Contrato de Administração de Conta Vinculada").

u

4.2. Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento

4.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, por meio do MDA, à vista, em uma mesma data, ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, conforme definido na Cláusula 4.1.1.1 acima.

u



4.3. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.4. Remuneração

4.4.1. Cálculo e Forma de Pagamento da Remuneração

4.4.1.1. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”).

4.4.1.2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis corridos, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Onde:



FatorDI produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI-Over, de ordem *k*, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 2,5000;



n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.4.1.3. "Período de Capitalização" significa, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, e termina na data prevista para o primeiro pagamento de Remuneração, exclusive, conforme previsto na Cláusula 4.4.1.4. abaixo. Para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na data de pagamento da Remuneração subsequente, exclusive, conforme previsto na Cláusula 4.4.1.4. abaixo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.4.1.4. A Remuneração será paga trimestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2013 e o último na Data de Vencimento das Debêntures.

4.4.1.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.



17

f

4.4.1.6. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou na hipótese de extinção, limitação ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, convocar assembleia geral dos Debenturistas ("Assembleia de Debenturistas" ou "Assembleia Geral dos Debenturistas"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para que os titulares das Debêntures deliberem, em comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação do novo parâmetro de atualização, será aplicada, na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de atualização para as Debêntures.

4.4.1.7. Caso a Taxa DI_k venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI_k a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data de divulgação.

4.4.1.8. Caso não haja acordo sobre o novo índice para o cálculo da Remuneração entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 8.8.3 abaixo, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures devidamente atualizado e acrescido da Remuneração e encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso.

4.4.1.9. Caso a taxa de Remuneração das Debêntures substituta referida na Cláusula 4.4.1.6 acima seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a mesma base utilizada pela Taxa DI.

f

4.5. Repactuação

4.5.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.6. Pagamento do Principal

f

f



18
f

4.6.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 13 (treze) parcelas trimestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida após 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão ("Prazo de Carência"), ou seja, em 15 de maio de 2015, e a última parcela na Data de Vencimento, conforme cronograma de amortização a seguir:

Datas da Amortização	Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado
15/05/2015	7,6923%
15/08/2015	8,3333%
15/11/2015	9,0909%
15/02/2016	10,0000%
15/05/2016	11,1111%
15/08/2016	12,5000%
15/11/2016	14,2857%
15/02/2017	16,6667%
15/05/2017	20,0000%
15/08/2017	25,0000%
15/11/2017	33,3333%
15/02/2018	50,0000%
15/05/2018	100,0000%

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no Cetip21: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2. Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



4.7.2. Prorrogação dos Prazos

4.7.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, se a data de vencimento da respectiva obrigação, conforme as Debêntures estejam custodiadas, (i) coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para pagamentos a serem realizados fora do sistema CETIP; e (ii) coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, para pagamentos que devam ser realizados através da CETIP.

4.7.3. Encargos Moratórios

4.7.3.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.7.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.7.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios decorrentes do atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Remuneração e/ou Amortização Extraordinária e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definidos).

4.8. Publicidade

4.8.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOERJ e no jornal Monitor Mercantil, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização.



5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OU RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. Observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, § 3º, I e II da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas em mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.2. Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado Facultativo Total

5.2.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, (i) a amortização extraordinária das Debêntures, limitando-se a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária") ou (ii) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso, observadas as condições das cláusulas abaixo.

5.2.2. A Amortização Extraordinária e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser precedidos de notificação por escrito ao Agente Fiduciário e de publicação de Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à realização da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária") ou do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total").

5.2.3. A Emissora deverá comunicar, através de correspondência com o "ciente" do Agente Fiduciário, a CETIP e o Banco Liquidante acerca da realização de Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21 e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.2.4. O valor da amortização ou do resgate antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado ou resgatado acrescido da Remuneração devida na referida



21
f

data de amortização ou resgate e dos demais encargos devidos e não pagos e do prêmio descrito na Cláusula 5.2.4.1 abaixo ("Valor da Amortização Extraordinária", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total", "Data da Amortização Extraordinária" e "Data do Resgate Antecipado Facultativo Total" respectivamente), observado ainda o disposto na Cláusula 5.2.4.1 abaixo.

5.2.4.1. Caso a Emissora realize a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado Facultativo Total, será devido um prêmio de acordo com os percentuais indicados na tabela abaixo, calculado *pro rata temporis*, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido do valor da Remuneração devida na Data Amortização Extraordinária ou na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total:

Período	Prêmio Flat
Entre a Data de Emissão e 15/11/2014	0,60% (sessenta centésimos por cento)
Entre 16/11/2014 e 15/06/2015	0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento)
Entre 16/06/2015 e 15/06/2016	0,50% (cinquenta centésimos por cento)
Entre 16/06/2016 e 15/06/2017	0,40% (quarenta centésimos por cento)
Entre 16/06/2017 e a Data de Vencimento	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)

5.2.5. A Notificação da Amortização Extraordinária e a Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total a ser encaminhada ao Agente Fiduciário, assim como o Aviso aos Debenturistas, deverão conter: (i) a data da realização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso; (ii) o percentual do saldo devedor das Debêntures a ser amortizado, na hipótese de Amortização Extraordinária, ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) o procedimento a ser adotado para a realização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.6. A Amortização Extraordinária deverá ser realizada na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures em Circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21.

5.2.7. As Amortizações Extraordinárias, se houver, deverão ser realizadas nas mesmas datas de pagamento da Remuneração conforme tabela da Cláusula 5.2.4.1 acima ou nas mesmas datas de pagamento das Amortizações conforme Cláusula 4.6.1 acima.

18

27



22
f

5.2.8. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, as Debêntures serão canceladas.

5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.2 e 5.3.1.3 abaixo, declarar antecipada e automaticamente vencidas e imediatamente exigíveis, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária devida nos termos desta Escritura desde que não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado das respectivas datas de pagamento;
- b) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para seu cumprimento ou contado do respectivo descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura ou nos demais documentos relacionados às Debêntures;
- c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras, no valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, desde que o valor devido não seja pago no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data prevista para seu pagamento, devendo, entretanto, prevalecer os prazos de cura específicos eventualmente estabelecidos nos respectivos instrumentos de dívida, caso sejam maiores;
- d) vencimento antecipado de quaisquer dívidas bancárias ou de mercado de capitais da Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras;

CF



23
f

- e) protesto de títulos de qualquer natureza contra a Emissora, com valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência pela Emissora do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (a) que houve a anulação ou sustação dos efeitos do protesto; (b) que o protesto foi cancelado; (c) que foram prestadas garantias em juízo para obstar o protesto; ou, ainda, (d) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- f) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer das Intervenientes Garantidoras, independentemente do deferimento de seu processamento;
- g) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras não elidido devidamente no prazo legal, assim como a ocorrência de qualquer ato ou celebração de qualquer documento com a finalidade de aprovar, requerer, ajuizar ou anuir com a recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou liquidação ou, ainda, ocorra a prática de quaisquer atos que, nos termos da legislação aplicável, sejam considerados como atos falimentares;
- h) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras;
- i) inscrição da Emissora e/ou de qualquer das Intervenientes Garantidoras em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em razão de débitos cujo montante, individual ou agregado, seja cumulativamente (i) igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e (ii) não seja extinto no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de notificação da Emissora pelo Agente Fiduciário nesse sentido;
- j) realização de redução de capital social, resgate ou amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, sem que haja anuência prévia por Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- k) fusão ou incorporação da Emissora, exceto se (i) aprovada anteriormente por Debenturistas

Handwritten signature or mark.



representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, (ii) for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, pelo valor equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada na forma da Cláusula 4.4.1.2 acima, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração das Debêntures até a data do efetivo pagamento do resgate; ou (iii) não resultar na alteração do controle societário da Emissora, aplicando-se a definição de controle estabelecida no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

- l) cisão da Emissora, exceto se (i) aprovada anteriormente por Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim ou (ii) for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, pelo valor equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada na forma da Cláusula 4.4.1.2 acima, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração das Debêntures até a data do efetivo pagamento do resgate;
- m) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e observado o artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- n) transferência, por qualquer meio, inclusive por alienação, do atual controle direto ou indireto da Emissora sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- o) distribuição de dividendos, ressalvados os dividendos mínimos obrigatórios nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou juros sobre o capital próprio pela Emissora, caso a Emissora e/ou qualquer das Intervinentes Garantidoras estejam inadimplentes com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão e/ou com os Índices Financeiros (conforme abaixo definidos), sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- p) não manutenção, pela Emissora, a partir da Data de Emissão, dos seguintes índices financeiros a



ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base em demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas a 31 de dezembro de cada ano, iniciando-se em 31 de dezembro de 2013 ("Índices Financeiros"):

- o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA referentes aos 12 (doze) meses que antecederem a cada apuração não deverá ser superior a: (i) 4,0x com base em 31/dez/2013; (ii) 3,5x com base em 31/dez/2014; e (iii) 3,0x com base em 31/dez/2015 e dos anos subsequentes, até o vencimento final das Debêntures; e
- o índice obtido pela divisão de EBITDA por Despesa Financeira Líquida referentes aos 12 (doze) meses que antecederem a cada apuração não deverá ser inferior a 2,5x com base em 31/dez/2013 e dos anos subsequentes, até o vencimento final das Debêntures.

Para os fins deste item (n), são utilizadas as definições abaixo:

"EBITDA" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o somatório do lucro líquido da Companhia antes de despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, amortização e depreciação do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. No caso de aquisição de participação societária, o EBITDA será ajustado adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da(s) sociedade(s) em que a Companhia tenha adquirido participação.

"Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o somatório dos saldos das dívidas financeiras consolidadas da Companhia, incluindo mútuos, empréstimos, avais e financiamentos junto a instituições financeiras e emissão de títulos de renda fixa, nos mercados local e/ou internacional; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras. Não será considerado como Dívida Líquida qualquer instrumento de dívida de emissão da Companhia cujo pagamento do saldo devedor seja possível, a critério da Companhia, por meio da emissão de ações de seu capital. No caso de aquisição de participação societária, a Dívida Líquida será ajustada adicionando-se os valores referentes à(s) sociedade(s) que a Companhia tenha adquirido participação.

"Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, as despesas financeiras menos as receitas financeiras, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio e as despesas financeiras relativas às debêntures da 1ª emissão de debêntures da Emissora.



26
f

Incluindo deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas e despesas relacionadas a hedge/derivativos. A Despesa Financeira Líquida deverá ser apurada em módulo, se for negativa (caso as despesas financeiras sejam maiores que as receitas financeiras) e, se for positiva, será considerado 1 (caso as receitas financeiras sejam maiores que as despesas financeiras).

- q) descumprimento de qualquer ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva contra a Emissora e/ou contra qualquer das Intervinentes Garantidoras, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira na data do descumprimento;
- r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura sem prévia expressa anuência de Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- s) a qualquer momento, provarem-se falsas ou revelarem-se enganosas ou incorretas, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Intervinentes Garantidoras nesta Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita, inclusive no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão;
- t) caso esta Escritura seja inexecutável, declarada nula ou sem efeito, conforme sentença judicial transitada em julgado;
- u) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 acima;
- v) alienação ou desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda dos bens e/ou direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas, sem que haja substituição da garantia, por nova garantia previamente aprovada por Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia de Debenturistas convocada para esse fim em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 30 (trinta) dias contados da alienação ou da ciência da Emissora da medida governamental ou judiciária, sendo certo que é vedada a



transferência voluntária, de qualquer forma, de tais bens e/ou direitos a terceiros, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures;

- w) a criação, incorrência ou assunção voluntária ou involuntária, pela Emissora, de qualquer ônus ou gravame sobre quaisquer bens, ativos ou direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas;
- x) caso a garantia real de cessão fiduciária dos Recebíveis de Cartão prevista na Cláusula 4.1.8.1 acima, por qualquer fato, torne-se inábil, ineficaz, nula, inválida ou imprópria para assegurar o cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelos Intervenientes Garantidores nesta Escritura, desde que as referidas Garantias não sejam substituídas ou complementadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia;
- y) não renovação, perda, revogação, cassação, extinção ou cancelamento de qualquer alvará, licença, autorização, permissão ou registro, cuja ausência cause a interrupção temporária ou permanente das atividades de unidades da Emissora, de forma individual ou em conjunto, representativas de pelo menos 10% (dez por cento) do faturamento bruto da Emissora, exceto se regularizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo evento;
- z) a existência de sentença condenatória ou decisão judicial desfavorável relativamente a atos praticados pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras relacionados a trabalho infantil, trabalho escravo ou crimes contra o meio ambiente;
- aa) não manutenção da Reserva de Liquidez prevista na Cláusula 4.1.9 acima, respeitado o prazo de cura estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão;
- bb) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; e/ou
- cc) caso as debêntures da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias da IA Bodytech Participações S.A., cuja escritura foi celebrada em 27 de abril de 2012, (i) não sejam convertidas na data estabelecida na respectiva escritura, conforme venha a ser eventualmente alterada, (sendo certo que caso a data de conversão das debêntures conversíveis da Primeira Emissão seja prorrogada na escritura, a nova data deverá ser considerada), pelos atuais debenturistas, ou (ii) sejam amortizadas ou resgatadas antecipadamente.



28

f

5.3.1.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas a), c), d), e), f), h), j), k), l), m), n), o), r), t), u), v), w), x) e y) acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.1.3. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.3.1.2 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia de Debenturistas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, que dependerá do voto de Debenturistas representando, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação. Em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia de Debenturistas, com a presença de Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá considerar vencidas antecipadamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.3.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) dia útil, carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora e às Intervenientes Garantidoras, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.3.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado pela Emissora em até 5 (cinco) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada na Cláusula anterior, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável devida, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

5.3.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

5.3.5. No caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, em conjunto com a Emissora, com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data prevista para a realização do pagamento de que trata a

f



Cláusula 5.3.4 acima, solicitar à CETIP o pagamento das Debêntures registradas no Cetip21.

29
f

5.3.6. Na hipótese de vencimento final ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1.3.1 e da Cláusula 5.3.1, respectivamente, caso a Emissora não efetue os pagamentos previstos nas Cláusulas 4.1.3.1 e na Cláusula 5.3.3 acima, conforme o caso, os titulares das Debêntures estarão automaticamente autorizados a instruir o Agente Fiduciário a promover a excussão das garantias, observados os termos desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, com o fim de cumprir as obrigações pecuniárias da Emissora.

5.3.7. Todos os valores mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima serão atualizados anualmente, a contar da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV) ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, aplicando-se ao caso, no que couber, o disposto nas Cláusulas 4.4.1.5. a 4.4.1.8 acima.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obriga-se a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e das Intervenientes Garantidoras; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e assessores legais;
- (ii) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;
- (iii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora, todos os eventuais esclarecimentos

X

~

X



razoáveis que se façam necessários para verificação do cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura;

- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e (ii) declaração, assinada por dois diretores da Emissora, atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros;
 - (c) dentro de 5 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na JUCERJA, fornecer cópia de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora;
 - (d) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"). Caso o documento e/ou a informação solicitada decorra de requerimento de autoridades públicas reguladoras das atividades da Emissora ou de decisão judicial, a Emissora deverá prestá-la em prazo suficiente para que o Agente Fiduciário responda o referido requerimento;
 - (e) até o dia útil subsequente à ocorrência, informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura; e
 - (f) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento de cada trimestre, balancetes referentes a cada trimestre encerrado assinados pelos contadores da Emissora.
- (iv) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas



demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

- (v) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (vi) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (v); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente às demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
- (vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os



32
f

princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;

- (viii) convocar Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (ix) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (x) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xii) notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que, de qualquer forma, possa resultar em intervenção, perda ou extinção de qualquer permissão e/ou autorização detida pela Emissora, ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter contratados, durante toda a vigência das Debêntures, Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário, mantendo as Debêntures registradas, durante toda a sua vigência, junto a CETIP;
- (xvi) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de

11

—

11



2003, conforme alterada;

- (xvii) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras; e
- (xviii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável.

6.2. As Intervenientes Garantidoras, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obrigam-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura (a) aplicáveis às Intervenientes Garantidoras em até 1 (um) dia útil após a sua ocorrência e (b) aplicáveis à Emissora, em até 1 (um) dia útil após a data em que tomar conhecimento;
- (ii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (iv) notificar, em até 1 (um) dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades das Intervenientes Garantidoras e/ou da Emissora;
- (v) abster-se de se manifestar na mídia sobre a Oferta Restrita até a comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, exceto para publicação de atos societários, de fatos ou atos relevantes relacionados, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos



desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM 28; e

- (vii) adimplir com todas as obrigações decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não



infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a(s) pessoa(s) que o representa(m) na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua



manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

36
f

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) observado o disposto na Cláusula 7.13 abaixo, arcar com os tributos, municipais, estaduais e federais, assim como com os encargos cíveis, trabalhistas e previdenciários, presentes ou futuros, atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos da legislação aplicável;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, com base exclusivamente nas informações e declarações prestadas pela Emissora, nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

1

36



31

f

- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações de que tenha conhecimento;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções ou se assim solicitado pela Assembleia Geral de Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário e desde que justificadamente, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.8.1 acima;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações descritas nas alíneas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todos os atos societários, dados financeiros e demais informações e/ou documentos necessários à realização do relatório, inclusive organograma societário da Emissora, que deverá conter: os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes de bloco de controle, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório. O referido relatório conterá, no mínimo, informações

f

✓

f



38

sobre:

- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:



39
f

- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xvi) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, obedecidos os termos desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados de seu conhecimento sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais;
- (xx) verificar a regularidade da constituição das garantias constituídas em favor dos Debenturistas, bem como valor dos bens e direitos dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xxi) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, nos casos em que a substituição é permitida nos termos desta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (xxii) intimar a Emissora a reforçar as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, na hipótese



de sua deterioração ou depreciação, observado item v) da Cláusula 5.3.1.1 acima; e

- (xxiii) divulgar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente e demais encargos eventualmente devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer, se for o caso, a falência ou propor recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive a excussão das garantias; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar mediante a aprovação unânime dos Debenturistas. Para eximir-se da responsabilidade descrita na Cláusula 7.5(iv) acima, será necessário o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.3 acima.

7.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo



da Instrução CVM 28, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

7.8. O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.

7.9. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração.

7.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, não previstos nesta Escritura ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

7.11. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes à remuneração anual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos meses subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

7.12. As parcelas citadas na Cláusula 7.11 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.13. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.



7.14. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, será devida multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.15. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.16. Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação de comprovante de tais despesas. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.17. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas razoáveis, contratadas a padrões de mercado, consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas de cópia dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação e estadias, despesas com conferências telefônicas e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

7.18. Na data de assinatura desta Escritura, com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário verificou que não atua em outra emissão da Emissora, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS



8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.2. Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias de Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 80% (oitenta por cento) mais uma Debênture em circulação, exceto (i) quando de outra forma prevista nesta Escritura; (ii) nas hipóteses previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, as quais são consideradas como transcritas nesta Escritura; e (iii) nas hipóteses de alteração de prazos, valor, vencimento, garantias, hipóteses de vencimento antecipado, da Cláusula 8.8.2 abaixo, da Remuneração, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

8.8.2. A dispensa do cumprimento ("waivers") de obrigações que acarretariam o vencimento



antecipado das Debêntures dependerá do voto favorável de detentores de 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, observado que as hipóteses constantes da Cláusula 5.3.1.2 desta Escritura não são objetos de *waivers*.


44
f

8.8.3. Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam as Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladas pela Emissora, de titularidade de suas controladoras diretas ou indiretas e/ou grupo de controle e/ou de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou colateral até segundo grau.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

9.1. Sem prejuízo das demais declarações contidas nesta Escritura, a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras declaram e garantem que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) a Emissora é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) as Intervenientes Garantidoras são sociedades limitadas devidamente constituídas, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto, não havendo qualquer restrição emanada de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador das suas atividades;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras, nem seus respectivos Estatutos ou Contratos Sociais, conforme o caso;
- (v) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;







- (vi) a celebração da Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão e a colocação das Debêntures não infringem seus respectivos estatutos sociais, qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos do qual a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras sejam parte, inclusive, mas não se limitando aos contratos financeiros firmados pela Emissora e/ou Intervenientes Garantidoras ou qualquer instrumento a eles relativo, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou de qualquer um das Intervenientes Garantidoras, exceto por aqueles criados pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, nos termos desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) os bens e direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas não estão sujeitos a qualquer ônus ou gravame, exceto aqueles decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, e não são objeto de ação, penhora, arresto, penhor, sequestro, caução ou qualquer outra espécie de constrição, não sendo do conhecimento da Emissora e das Intervenientes Garantidoras a existência de qualquer fato não mencionado nesta Escritura que impeça ou restrinja a prestação das garantias;
- (viii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras de suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura e arquivamento das atas da AGE e da RCA e das atas de Aprovações das Intervenientes Garantidoras na JUCESP e JUCERJA, conforme aplicável, do registro das Debêntures na CETIP e do registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- (ix) as situações econômica, financeira e patrimonial da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (x) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;



- (xi) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis de Cartão;
- (xii) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xiii) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa Di, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiv) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades em prejuízo dos titulares das Debêntures;
- (xv) todas as informações fornecidas na Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os Debenturistas para a tomada de decisão de investimento nas Debêntures;
- (xvi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em suas coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xvii) não há fatos relativos à Emissora, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xviii) não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (xix) caso esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, a distribuição de dividendos em qualquer valor será considerada pela Emissora e declarada aos seus acionistas como incompatível com a situação financeira da Emissora para os fins do artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações.



10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora e para as Intervenientes Garantidoras:

AI BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Guilhermina Guinle, 272, 2º andar, Botafogo

CEP: 22270-060 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Daniel Figueiredo (Diretor Administrativo Financeiro) e

Sra. Gabriella Somaglino (Gerente do Departamento Jurídico)

Telefone: (21) 2536-3700

Fax: (21) 2536-3700

e-mail: daniel.figueiredo@bodytech.com.br / gabriella.somaglino@bodytech.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante de Emissão / Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP: 06029-900 – Osasco, SP

At.: Sr. Fábio da Cruz

Telefone: (11) 3684-2852

Fax: (11) 3684-2714

e-mail: 4010.tomo@bradesco.com.br

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS



Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e ao Agente Fiduciário pela Emissora.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.6. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11. LEI APLICÁVEL E FORO

11.1. Esta Escritura será regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

11.2. Fica eleito o foro da comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como único competente para decidir a respeito de qualquer disputa oriunda desta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.


Rio de Janeiro, 15 de maio de 2013




(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da A! Bodytech Participações S.A.)


to
f

A! BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: 
Cargo: **Luiz Carlos Costeira Urquiza**
Diretor Presidente

Nome: 
Cargo: **Daniel Loureiro de Figueiredo**
Diretor Adm - Financeiro

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : A! BODYTECH PARTICIPACOES S/A
Nire : 33.3.0027725-1
Protocolo : 00-2013/158063-8 - 22/05/2013
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 23/05/2013, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000415-9/000
DATA : 23/05/2013

Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : A! BODYTECH PARTICIPACOES S/A
Nire : 33.3.0027725-1
Protocolo : 00-2013/158063-9
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000415-9/000
DATA: 23/05/2013

Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL






(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da A! Bodytech Participações S.A.)

57
f

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

—
f

f



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da A! Bodytech Participações S.A.)

52
f

INDIANÓPOLIS FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.


Nome: _____
Cargo: **Carlos Costeira Urquiza**
Diretor Presidente


Nome: _____
Cargo: **Daniel Loureiro do Figueiredo**
Diretor Adm - Financeiro





(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da A! Bodytech Participações S.A.)

53
f

RECREIO FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.

Nome: 
Cargo: **Luiz Carlos Costeira Urquiza**
Diretor Presidente

Nome: 
Cargo: **Daniel Loureiro de Figueiredo**
Diretor Adm - Financeiro

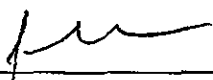




(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da A! Bodytech Participações S.A.)

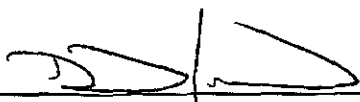
54
f

RM FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.



Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:

Daniel Loureiro da Figueiredo
Diretor Adm - Financeiro





(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da A! Bodytech Participações S.A.)

55
f

SANTANA FITNESS CENTER - ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA.


Nome: _____
Cargo: **Carlos Costeira Urquiza**
Diretor Presidente


Nome: _____
Cargo: **Daniel Loureiro de Figueiredo**
Diretor Adm - Financeiro





(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da A! Bodytech Participações S.A.)

76
f

Testemunhas:

1. Jonathan
Nome: Jonathan Queiroz de Melo
CPF: 133.833.577-99
RG: 22512936-0

2. Manoel Luiz
Nome: Manoel Luiz
CPF: 1172916262
RG: 21199742

u
11

22



Anexo I
Destinação dos Recursos - Dívidas da Emissora

1. **Cédula de Crédito Bancário (CCB) – Capital de Giro nº 270101413**, emitida pela A! Bodytech Participações S.A. em 04.02.2013, com vencimento em 10.06.2013, tendo como credor o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de emissão de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), acrescido dos juros e demais encargos aplicáveis, calculados na data de liquidação das Debêntures.
2. **Cédula de Crédito Bancário (CCB) – Empréstimo – Capital de Giro nº 1324-03282-91**, emitida pela A! Bodytech Participações S.A. em 15.03.2013, com vencimento em 14.05.2013, tendo como credor o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor de emissão de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), acrescido dos juros e demais encargos aplicáveis, calculados na data de liquidação das Debêntures.
3. **Cédula de Crédito Bancário (CCB) – Empréstimo – Capital de Giro nº 1324-03296-46**, emitida pela A! Bodytech Participações S.A. em 08.04.2013, com vencimento em 14.05.2013, tendo como credor o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor de emissão de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), acrescido dos juros e demais encargos aplicáveis, calculados na data de liquidação das Debêntures.
4. **Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 100111120017500**, emitida pela A! Bodytech Participações S.A. em 29.12.2011, com vencimento em 29.12.2014, tendo como credor o Banco Itaú BBA S.A., no valor de emissão de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), acrescido dos juros e demais encargos aplicáveis, calculados na data de liquidação das Debêntures.
5. **Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 100112090006800**, emitida pela A! Bodytech Participações S.A. em 11.09.2012, com vencimento em 30.09.2014, tendo como credor o Banco Itaú BBA S.A., no valor de emissão de R\$ 2.590.129,96 (dois milhões quinhentos e noventa mil cento e vinte e nove reais e noventa e seis centavos), acrescido dos juros e demais encargos aplicáveis, calculados na data de liquidação das Debêntures.
6. **Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 100112090003200**, emitida pela A! Bodytech Participações S.A. em 05.09.2012, com vencimento em 11.02.2015, tendo como credor o Banco Itaú BBA S.A., no valor de emissão de R\$ 8.947.535,85 (oito milhões novecentos e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), acrescido dos juros e demais encargos aplicáveis, calculados na data de liquidação das Debêntures.